



DEFENSORIA PÚBLICA

D I S T R I T O F E D E R A L

AO JUÍZO DE DIREITO DA Xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CIDADE

Autos nº XXXXXX

alimentos e regulamentação de visitas

FULANA DE TAL, brasileira, menor impúbere, nascida em DATA, contando atualmente com X anos de idade, neste ato representada por **FULANA DE TAL**, solteira, maior, nascida em DATA, desempregada, CPF XXXXX, Carteira de Identidade XXXX, e-mail XXXXX, telefones (X) XXXXXXXX, ambas residentes no ENDEREÇO CEP XXX, demais dados na Declaração de Hipossuficiência Econômica, documento ID XXXXX, vêm à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do artigo 335 e ss. do CPC, apresentar

CONTESTAÇÃO

em face das alegações contidas na Ação de Oferta de Alimentos c/c Regulamentação de Visitas que lhe é movida por **FULANO DE TAL**, brasileiro, solteiro, portador do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência, portador da Cédula de Identidade XXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXX, residente e domiciliado no ENDEREÇO CEP XXXX, telefone (X) XXXXXXXX, já qualificado no feito em questão, pelos fatos e fundamentos que ora se seguem:

I - SÍNTESE DA EXORDIAL:

01. O Requerente é genitor da menor impúbere **FULANA DE TAL**, nascida em DATA, contando atualmente com X anos de idade, conforme Certidão de Nascimento juntada aos autos (ID XXXX), e pleiteia a regulamentação de visitas, bem como oferta alimentos à menor.
 02. O Requerente manteve relacionamento afetivo e coabitou com a genitora da menor durante X anos, de ANO ao final de ANO, quando ocorreu a separação do casal, sendo que a genitora teria deixado o lar e levado a menor consigo.
 03. O Requerente relata que, após a cessação do vínculo afetivo, a genitora passou a exercer a guarda de forma unilateral, sendo que supostamente estaria se recusando a possibilitar a convivência entre pai e filha, impedindo ou dificultando a relação entre ambos.
 04. Também relatou que o último contato entre ele - Requerente - e a menor teria sido no dia DATA, por insistência da avó paterna. Esta, por sua vez, teria buscado a infante na casa da genitora para, então, levá-la até a casa do Requerente.
 05. O Requerente salientou que recebe o Benefício de Prestação Continuada por Deficiência e nunca deixou de contribuir para o sustento da menor, exarando que, em razão “... *do dever alimentar que incumbe aos pais na manutenção da saúde e educação filhos, o REQUERENTE vem, voluntariamente, nos termos do artigo 24 da Lei nº 5.478/68, propor a presente AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS, visando à fixação judicial da pensão alimentícia ...*” a ser paga à sua filha, a infante **FULANA DE TAL**.
-

-
06. O Requerente alegou que percebe a renda mensal de R\$ X, reside de aluguel, possuindo despesas comuns de moradia, tais como água, luz, medicação controlada e alimentação, perfazendo o valor médio mensal de R\$ X e ofertou o percentual de 12,5% sobre seus rendimentos mensais a título de alimentos.
07. Também alegou “alienação parental” por parte da genitora, sendo que ele - Requerente - não buscava atrito com ela - genitora da infante - inclusive almejando convivência harmoniosa, tendo em vista o melhor interesse da criança.
08. Por fim, requereu a antecipação dos efeitos da tutela de urgência (CPC - art. 300) quanto às visitas; alegou que a genitora da infante pretende se mudar de Brasília/DF, levando consigo a filha; reiterou a oferta de alimentos no percentual de 12,5% do salário mínimo; declarou não ter interesse na audiência de conciliação e julgamento.
09. Já em Decisão Interlocutória (ID XXXX) desse Juízo, a Xª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de CIDADE, foi exarado o que se segue:

*Em consulta ao sistema Pje, verifiquei a existência de medidas protetivas de urgência, concedidas pelo 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Ceilândia em favor da segunda requerida e contra o requerente, autos n. XXXXXX, razão pela qual a presente demanda **não poderá ser encaminhada para tentativa de mediação perante o NUVIMEC-FAM.*** (destaques conforme o original)

10. Também no documento ID XXXX foi indeferida a tramitação processual prioritária porque não constam nos autos documentos
-

probatórios do ato de alienação parental, tão pouco constando pedido nesse sentido.

11. Conforme Ata de Audiência e Conciliação, documento ID XXXXX, não houve composição entre as partes, mas vieram informações, ainda que precárias, sobre a capacidade financeira do Requerente, merecendo serem majorados os alimentos provisórios, fixando-se estes ao importe de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, equivalente a R\$ X.

II - DA REALIDADE FÁTICA E DA CONTESTAÇÃO

12. Preliminarmente é importante salientar que a genitora **FULANA DE TAL** não se opõe à boa convivência entre o Requerente e sua filha, a infante **FULANA DE TAL**. Porém, o estado de beligerância criado pelo Requerente ao longo do tempo torna a convivência penosa e dificultosa e, sequer, possibilita um bom diálogo, mesmo que seja tão somente para tratar sobre a menor. Inclusive, com aquele sendo proibido de entrar em contato com a genitora, conforme veremos mais à frente.
13. Realmente, a genitora e o Requerente mantiveram relacionamento afetivo e coabitaram de ANO ao final de ANO, quando ocorreu a separação do casal e houve atritos que ensejaram **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA CRIMINAL** (MARIA DA PENHA), conforme Autos XXXXX, do Xº Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de CIDADE, uma vez que a genitora da infante teve grande temor ao perceber que o Requerente, seu ex-companheiro, estava lhe seguindo e que isso poderia gerar conflitos ainda maiores e, quiçá, perigo à vida dela.
-

-
14. Com fulcro no art. 22, inciso III, letras "a", e "b", da Lei 11.340/06, até decisão judicial em contrário, foram deferidas as seguintes medidas protetivas, conforme documento ID XXXX, dos Autos XXXX:

I) a proibição de aproximação da requerente, mantendo uma distância mínima de 200 (duzentos) metros desta;

II) a proibição de contato com a requerente, por qualquer meio de comunicação.

15. Segundo o Relatório de Diligência, de DATA, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, documento ID XXXXX, dos Autos XXXXXX, o Requerente estaria residindo na ENDEREÇO e, surpreendentemente, **por este processo**, a genitora da menor descobriu que o Requerente havia retornado ao CIDADE.
16. Excelência, com isso é insofismável a falta de diálogo e comunicação entre o Requerente e a genitora, gerando insegurança em saber que aquele possui estado análogo aos nômades, sem endereço fixo, podendo gerar algum mal à infante, à genitora e/ou a seus familiares.
17. A genitora é mãe idônea e zelosa, nunca tendo negligenciado os cuidados com a filha, sendo que essa presta à filha todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento físico, psicológico e emocional, propiciando-lhe afeto nas relações familiares, educação, saúde, lazer, segurança, suprimindo-lhe todas as necessidades emocionais e materiais, nunca se furtando dos deveres como mãe.
18. Nesse diapasão verifica-se que a genitora pretende o melhor interesse para a menor, mas não se sente segura em deixar a
-

filha com o Requerente em tempo demasiado, tendo em vista que ele – Requerente – tem problemas de depressão desde criança, toma medicamentos controlados sem nenhuma regularidade, além de morar sozinho e não manter endereço fixo por razoável lapso temporal.

19. Diante do contexto, a genitora pugna pelo direito de convivência entre a sua filha e o Requerente, mas devido à tenra idade da infante **FULANA DE TAL**, com apenas X anos de idade, esta seja buscada na casa da avó materna **FULANA DE TAL**, residente no ENDEREÇO CEP XXXX, em sábados alternados, às HORAS, sendo devolvida no mesmo dia às Xh.

OFERTA DE ALIMENTOS

20. O Requerente salientou que recebe o Benefício de Prestação Continuada por Deficiência, no valor de R\$ X (brutos / mensais), possuindo despesas mensais de aluguel (R\$ X) e outras (R\$ X), mas não juntou nenhum comprovante dessas despesas.
21. Salieta-se que 100% do tratamento médico para depressão do Requerente é realizado via Sistema Único de Saúde – SUS, sendo a medicação fornecida pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, não havendo custos quanto a isso, conforme afirmado pelo Requerente na exordial.
22. O Requerente omitiu que há outras receitas que ele percebe ao fazer “bicos” em várias áreas de atuação como, por exemplo, garçom em restaurantes, auxiliar em madeireiras e tantas outras fontes, o que dobraria o valor ora declarado e, muitas vezes, mais que dobraria.
23. O Requerente disse nos autos que nunca deixou de contribuir
-

para o sustento da menor, exarando que, em razão “... *do dever alimentar que incumbe aos pais na manutenção da saúde e educação filhos, o REQUERENTE vem, voluntariamente, nos termos do artigo 24 da Lei nº 5.478/68, propor a presente AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS, visando à fixação judicial da pensão alimentícia ...*” a ser paga à sua filha, a infante FULANA DE TAL. Porém, ele não anexou os comprovantes de auxílio á infante. Não anexou porque ele não os tem, porque não contribuiu da forma que afirma.

24. A genitora afirma que está impedida de se capacitar e/ou voltar ao mercado de trabalho porque necessita cuidar integralmente de sua filha, inclusive tirando-a da creche por não ter recursos para pagar a instituição de ensino, bem como o transporte.
 25. A escassez de recursos faz com que a genitora da infante recorra a sua mãe, avó da infante, Sra FULANA DE TAL, para arcar parte dos custos mensais com a menor, principalmente quanto à alimentação e vestuário.
 26. Assim, a genitora pleiteia 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente para custear as necessidades básicas da infante, conforme apertada síntese a seguir:
 - **X** – Alimentação em geral, incluindo supermercado;
 - **X** – Creche;
 - **X** – Transporte para escola (van);
 - **X** – Vestuário, calçados etc;
 - **X**– Medicação;
 - **X** – Despesas diversas.
-

-
27. A pensão alimentícia deve ser fixada levando-se em consideração o trinômio necessidade, possibilidade e razoabilidade, sendo este o entendimento do TJDF:

07014125320198070012 - (0701412-53.2019.8.07.0012 - Res. 65 CNJ) - Segredo de Justiça

Registro do Acórdão Número: 1244772

Data de Julgamento: 22/04/2020

Órgão Julgador: 6ª Turma Cível

Relator: ALFEU MACHADO

Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 06/05/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.

Ementa: CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. FILHO MENOR. FIXAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 1.694, §1º, DO CÓDIGO CIVIL. BINÔMIO NECESSIDADE E POSSIBILIDADE. ATENDIMENTO. TRABALHADOR RURAL. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA. 1. A obrigação alimentar deve ser lastreada pelo binômio necessidade e possibilidade. Por isso, é mister que haja harmonia entre alimentando e alimentante, no sentido de concatenar as necessidades daquele com as possibilidades deste, em cada caso concreto. 2. Conquanto os alimentos sobressaia ínfimo ao olhar da alimentanda, é preciso lembrar que as inúmeras necessidades ventiladas devem ser cotejadas com as reais possibilidades que se logrou estimar, de sorte que, considerando o contexto probatório dos autos, o patamar arbitrado na sentença se mostra razoável e proporcional, não havendo como ser modificado. 3. Não sobressaindo desproporcional nem desarrazoado, o patamar arbitrado a título de alimentos pelo juízo a quo atende não só ao binômio, mas ao trinômio necessidade / possibilidade / razoabilidade na fixação da obrigação alimentar, de maneira que a sentença recorrida não merece reparos. 4. Recurso improvido.

Decisão:

CONHECIDO. DESPROVIDO. UNÂNIME.

28. Ante todo exposto, os pedidos formulados na exordial devem ser JULGADOS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

III - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, conforme artigo 98 do
-

CPC;

- b) a **PROCEDÊNCIA PARCIAL** dos pedidos formulados na exordial, para que as visitas à infante sejam em sábados alternados, das 14h às 17h, sendo buscada e devolvida na casa da avó materna FULANA DE TAL, residente no ENDEREÇO CEP XXXX.
- c) A fixação dos alimentos à razão de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, a ser depositado na Conta Poupança XXXXXX, Agência nº X, do Banco X, em nome da representante legal da menor, FULANA DE TAL, CPF nº XXXX.
- d) a condenação do Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (artigo 3º, da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016) e recolhidos junto ao Banco do Brasil - Agência 4200-5, Conta 6830-6 (PRODEF).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelo depoimento pessoal da parte contrária e oitiva das testemunhas que serão arroladas em momento oportuno.

Termos em que pede deferimento,

CIDADE/DATA

Genitora

Defensoria Pública do Distrito Federal
